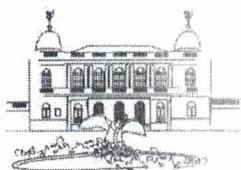


**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO DIA 8 DE ABRIL DE 2022**  
**SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NO**  
**BAIRRO DO CAITITU.**

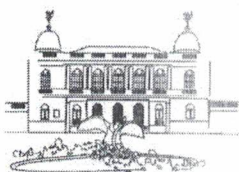
Ao oitavo dia do mês de abril de dois mil e vinte dois, no Salão do Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, às dezoito horas, o Exmo. Sr. Vereador Hingo Hammes, Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, deu início à audiência pública para discutir sobre as moradias populares a serem construídas no Bairro Caititu em Petrópolis. Em seguida, cumprimentou a todos, estando presentes à mesa o Exmo. Sr. Vereador Domingos Protetor, como secretário da audiência, V. Exa. Dra. Zilda Januzzi, representando o Ministério Público Estadual, V. Exa. Dra. Cristiana Mendes, representando a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o Ilmo. Secretário Municipal Sr. Carlos Alberto Muniz, representando a Secretaria do Meio Ambiente de Petrópolis, o Ilmo. Sr. Maurício Roelz Veiga, Diretor de Habitação do Município de Petrópolis, o Ilmo. Sr. Adriano Gomes, representando a NAU - Núcleo Arquitetura e Urbanismo, a Sra. Naíla, representando a comunidade do Caititu, a Sra. Cássia Ramos representando a liderança comunitária do Caititu. Destacou, ainda, que os demais representantes do Estado e outros membros poderiam compor a mesa no decorrer da presente Audiência Pública. Em oportuno, o Exmo. Sr. Presidente, Vereador Hingo Hammes, agradeceu a presença do Sr. Octavio e da Sra. Vera do Partido Verde, da Sra. Rene Krüger, representante da NAU, do Sr. Natan Viegas, representante da Umas, da Sra. Sônia Gomes Carvalho, representante da Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz, da Sra. Natália Rezende, moradora e empresária do Vale do Caititu, da Sra. Helena, representante dos moradores da Vila Felipe e da Sra. Carla Carvalho, representante da CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Em seguida, disse que era com muita satisfação que conduzia os trabalhos daquele encontro e informou que a presente audiência pública estava em conformidade com o edital nº 007/2022, com duas inserções no Diário Oficial, bem como sua transmissão estaria ocorrendo pela TV Câmara canal 98 e pelo *Youtube*. Informou, ainda, que a presente audiência seria registrada em Ata e, posteriormente, seria publicada no site da Câmara Municipal. Em andamento, nomeou o Exmo. Sr. Vereador Domingos Protetor para ser o secretário daquela audiência e informou que, após a fala de todos os participantes, haveria um tempo para formulação de perguntas e pedidos de esclarecimentos e que, em seguida, abriria para a plateia se manifestar. Destacou, ainda, que atualmente Petrópolis enfrenta um grande desafio que é garantir aos seus cidadãos o direito à moradia digna e segura, e que após as tragédias de fevereiro e março deste ano, mais uma vez, a área do Caititu foi citada para construção de um conjunto habitacional em atendimento às famílias desabrigadas vítimas das tragédias supracitadas. Disse, ainda, que a presente Audiência Pública teria como objetivo debater, em especial com a



## CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

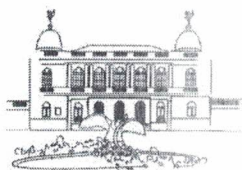
comunidade local, uma proposta que pudesse atender a necessidade de moradia popular que garanta a conservação do meio ambiente e a logística da comunidade. Aproveitou para ressaltar, que era seu dever ouvir a população, as autoridades e as instituições sobre o assunto a fim de estabelecer um justo debate, contribuindo para a construção coletiva de possíveis soluções. Em seguida, passou a palavra à Sra. Naíla, que iniciou sua fala saudando a todos os presentes e informando que, a nove anos atrás, a Prefeitura tentou colocar setecentas e sessenta moradias sobre sete nascentes, três lagos e sobre uma bacia aquífera e que no Caititu, existe um rio que submerge por debaixo de uma laje de pedra natural onde se alaga constantemente. Informou, ainda, que existe um local no Caititu onde podem ser construídas cinquenta ou sessenta unidades de moradia, no máximo, onde já existia a “casa das freiras”, sendo esta uma área seca. Destacou ainda que a construção de cinquenta ou sessenta moradias, conforme citou anteriormente, estaria solucionando alguns problemas, mas gerando outros. Neste sentido, destacou sobre a violência que foi gerada no Vincenzo Rivetti, sobre as promessas que não foram cumpridas e o esgoto que ainda corre pelo Rio Caititu, embora a justiça esteja tentando resolver toda essa situação. Ressaltou, sobretudo, a importância de preservar as nascentes e que apesar da necessidade de se ter moradia, o principal é ter humanidade. Complementou dizendo, que as pessoas precisam ter um local para seu assentamento, onde não se crie um problema social e que possibilite a geração de renda. Ainda com a palavra, a Sra. Naíla, sugeriu que no projeto do Sr. Adriano, poderia se criar um local permanente de abrigo de novas tragédias, pois acredita, que ao construir unidades no Caititu, a tragédia poderá acontecer lá, pois é um terreno que afunda e desaba. Finalizou questionando sobre o que cada um dos políticos, cidadãos ou representantes do poder público deixarão de legado para o nosso planeta e agradeceu o convite para sua participação na presente audiência pública. O Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes agradeceu a participação da Sra. Naíla e passou a palavra para o Diretor de Habitação, Sr. Maurício Veiga, que iniciou sua participação saudando a todos e dizendo que tem uma posição antagônica ao da Sra. Naíla e que não é favorável a setecentas unidades, por acreditar que iria criar sérios problemas sociais. Complementou dizendo que é necessário discutir com maturidade esta questão da quantidade de unidades, a questão da preservação das nascentes e a preservação da faixa marginal dos córregos, destacando que a mata existente rio acima, onde tem o aclave, deverá ser preservada. Neste contexto, ressaltou que, se realmente for feito o empreendimento, deverá ser desmembrado o terreno e parte dele ser destinada à área de reserva, embora entenda que a temática deverá ser discutida com cautela. Destacou que, conforme discutido nas reuniões, a grande maioria dos países desenvolvidos do mundo está verticalizando as cidades para não ter que levar o esgoto a cinquenta, sessenta ou cem quilômetros de distância, bem como, o transporte público, a água tratada e



## CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

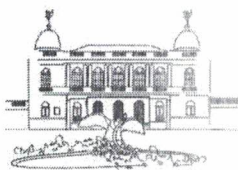
outros serviços essenciais, tudo isso considerando a preservação da natureza. Mencionou, também, que a Prefeitura tem dificuldade de custeio com um posto de saúde ou com uma Eco Vila, por exemplo, sendo assim, indagou como o município explicará para as pessoas que hoje estão nos alojamentos em situação desconfortável e provisória, que necessitarão esperar de três a quatro anos para ter seu problema de moradia resolvido. Neste sentido, salientou que urge-se encontrar uma solução rápida, com auxílio de um geólogo e dos órgãos de proteção ambiental, verificando se na localização possui rio subterrâneo para que não se estabeleça um empreendimento no caminho da água. Mencionou ainda, que o projeto apresentado contempla dois blocos e que talvez isso seja perigoso. O Sr. Maurício Veiga concluiu sua fala, deixando como sugestão, que cada um ceda um pouco, para que se consiga chegar a um denominador comum, para que o número de unidades necessárias se torne viável financeiramente. Com a palavra, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes, agradeceu as considerações feitas pelo o Sr. Maurício e abriu a audiência para as ações iniciais e depois para um debate do contexto. Aproveitou para agradecer a presença do Exmo. Sr. Vereador Dr. Mauro Peralta que acabara de chegar para participar da presente audiência pública. Agradeceu, também, ao Exmo. Sr. Vereador Eduardo do Blog e ao Exmo. Sr. Vereador Marcelo Lessa, que acompanhavam a audiência de modo "online", bem como, a presença da Sra. Rafaela Facchetti, enaltecendo a participação do Comitê Piabanha. Em seguida, passou a palavra ao Secretário do Meio Ambiente, Sr. Carlos Muniz, que saudou a todos os presentes e parabenizou aos vereadores pela presente iniciativa que ajudará na transparência das decisões e na prática da política pública. Saudou, ainda, suas companheiras de mesa do Ministério Público e os representantes das associações de moradores e das organizações que têm interesse também em contribuir e discutir esse tema. Disse que gostaria, como Secretário de Meio Ambiente, considerar que qualquer empreendimento que possa ser realizado na cidade, seja submetido a licenciamento prévio e que este deverá respeitar todas as características que existam dentro daquela determinada região. Neste contexto, ressaltou que, no caso do Caititu, existe a preocupação de que a Prefeitura apresente um laudo com responsabilidade de geólogos e engenheiros. Destacou, ainda, que este laudo deve ser transparente para todos, respeitando as normas técnicas e a vegetação existente na região. Em complemento, informou que no restante do terreno, a Prefeitura se propõe a adaptar um empreendimento voltado para população de baixa renda da cidade que está vivendo em condições precárias e que sofreu todos os impactos da crise. Informou, também, que após avaliação, foi verificada a possibilidade da construção de duzentas a trezentas unidades de moradias, no máximo, e não o que consta no projeto que antes havia proposto setecentas. Neste contexto, afirmou ser esta uma operação do poder público para trabalhar com os recursos da população. Salientou, ainda, que todos têm sonhos, vontades e até



## CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

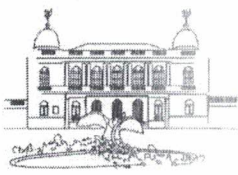
desejos, mas concretamente precisa-se criar um conjunto habitacional com respeito, com infraestrutura, com disposição adequada de tratamento de esgoto e das águas que serão produzidas, com condições de habitabilidade social e que a partir disso, compreende que o bairro vai sofrer o impacto e que isso não deverá ser visto só pelo lado dos problemas. Disse, também, que não se pode deixar de admitir e compreender, que quando se transporta uma população que foi jogada para fora do seu habitat, conseqüentemente ela carregará consigo um trauma resultante da catástrofe que a abateu e que tal fato implica na necessidade do serviço social estar atuante nesse processo de transição, dando suporte à população, considerando, também, que este público alvo tem uma formação social diferente daqueles que são originariamente do Caititu. Assim sendo, espera-se que haja por parte dos moradores do bairro do Caititu, a compreensão de que uma cidade se faz com a soma dos diferentes e não com uma definição só dos iguais. Neste sentido, enfatizou que esse será um trabalho que as associações de moradores precisarão fazer em conjunto com a Prefeitura. Enfatizou, ainda, que não se pode punir aqueles que são os mais penalizados pelas crises decorrentes das políticas do poder público e da política de uso do solo incorreta, visto que não se pode pegar essa população e levar de volta para o ambiente de onde foram expulsas pela catástrofe, bem como não podem colocá-las fora de um ambiente onde não possam se integrar socialmente. Neste sentido, ressaltou a importância de não se tomar como primeiro partido uma atitude de pura resistência, porque em Petrópolis não existem amplos terrenos, que esse é um terreno que o poder público está disponibilizando e não está dizendo que irá fazer de qualquer maneira, mas promovendo uma audiência pública respeitando todas as interrogações que estão na cabeça de cada um e disponibilizando as informações que necessitam ter sobre a área. O Sr. Carlos Muniz, encerrou sua fala dizendo que gostaria que todos refletissem sobre essa questão, pois não poderão colocar a população vitimada de Petrópolis em vilas de grandes áreas, mas têm como proposta, acomodá-las em habitações melhores do que as existentes anteriormente. Com a palavra, o Exmo. Sr. Presidente, Vereador Hingo Hammes, agradeceu a fala do Sr. Carlos Muniz, complementando ainda, que antes de começar a audiência estava conversando com a Dra. Zilda e a Dra. Cristiana sobre a quebra de paradigma que estava sendo aquela audiência, pois geralmente, o poder público impõe determinando o “como, o “onde e a maneira que será”, e que, ao contrário, estavam ali conversando para analisar um melhor caminho, ouvindo a comunidade, o poder público, a Câmara Municipal e a todos os presentes, para que pudessem realmente dar algum encaminhamento. Ressaltou, ainda, a importância da presença do Município, do Governo do Estado e aproveitou para apresentar o Sr. Allan Borges, Secretário de Habitação do Estado, que estava presente para contribuir com todos. Registrou ainda, a presença também da Sra. Cláudia Renata, representante da UMAS: Em seguida, passou a palavra para a Exma Sra. Dra.



## CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

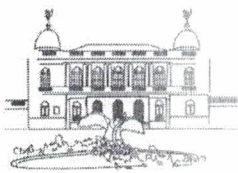
Cristiana Mendes, que fez ponderações em relação ao papel da Defensoria Pública, que busca ouvir a população, mas que infelizmente, a realocação no Caititu não solucionará os problemas habitacionais de Petrópolis, porque todos sabem que toda ocupação desordenada do solo urbano de Petrópolis e todas as omissões ao longo dos anos fez com que a população mais desvalida tivesse que buscar os locais mais precários para moradia. Considerou ainda, que a questão da humanização da moradia falada pela Sra. Naíla, é reconhecer o que não foi dito ainda, a ancestralidade dessas pessoas. Destacou ainda, que tivemos uma tragédia de grande proporção, sendo uma atrás da outra, com pessoas de locais diferentes e bairros diferentes e que com isso foi falado no primeiro momento em setecentas construções, em seguida duzentas a trezentas, e ainda o projeto de cinquenta a sessenta casas, porém, se faz necessário fortalecer o processo dialógico para chegarem ao número de unidades que de fato respeite os impactos ambientais que irão acontecer. Disse também, que com isso, muito bem colocado, o licenciamento ambiental é condição de procedibilidade para que as construções sejam realizadas com licenciamento prévio. Ressaltou que a avaliação, não deverá ser apenas ambiental, deverá ser também biopsicossocial verificando a questão de como isso deverá ser feito, porque não solucionará os problemas habitacionais de Petrópolis, apenas os mitigará. Disse ainda, que muito preocupa, que por óbvio, o poder público deverá fornecer os equipamentos públicos mínimos, pois não é possível acomodar duzentas ou trezentas pessoas em uma localidade, se não tiver uma infraestrutura mínima, caso contrário, estarão jogando as pessoas em um local onde ficarão um longo período nessas condições. Salientou que, para que se tenha um novo olhar sobre esse assunto, deve-se ponderar, e chegar a um denominador comum, estabelecendo um número médio de moradias. Neste sentido, ressaltou que, se possível, cabe ao estudo técnico sinalizar, já que, cento e poucas famílias, ainda seria um número elevado de pessoas e que realmente deve ser feito uma análise da Secretaria de Meio Ambiente, enfim, de todos os órgãos públicos para que seja verificada essa possibilidade. Em continuidade destacou que, essas medidas, não irão resolver o problema de Petrópolis, pois é sabido que existem muitas pessoas morando nessas condições precárias, sendo muito difícil compatibilizar o Meio Ambiente com moradia. Disse ainda, que, deve-se garantir o direito à moradia sem comprometer a sustentabilidade da cidade e do bairro, de forma a não gerar impactos negativos. A V. Exa. Dra. Cristiana Mendes concluiu dizendo, que iria ouvir a todos primeiramente para depois fazer novas considerações sobre o papel da Defensoria Pública naquela audiência. Com a palavra o Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes que agradeceu a Dra. Cristiana dizendo que, na opinião dele e pelo o que foi visto até o momento, temos que partir de uma solução, que seriam necessárias setecentas casas, mas com a ideia de dividir as moradias por diversos bairros da cidade de Petrópolis, para minimizar o impacto. Em seguida, anunciou a



## CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

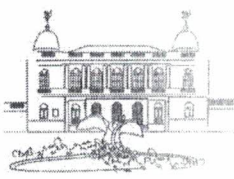
presença da Exma. Sra. Vereadora Gilda Beatriz que chegara na audiência, e passou a palavra para V. Exa. Dra. Zilda Januzzi, que saudou a todos os presentes e agradeceu o convite para participar da presente audiência pública. Em seguida disse, que um dos direitos que as pessoas têm é o de habitar de uma forma digna e segura. Complementou dizendo que, com tudo isso que estamos passando, é importante correr atrás para tentar ajudar as vítimas, pois elas devem ser atendidas, principalmente com a porta de saída do aluguel social, que é habitação, bem como, deve-se discutir se existem outras formas pela legislação de fornecer esse direito a essas pessoas. Destacou que isso poderia ter sido evitado se a cidade tivesse planejamento, pois sem ele ficamos apagando fogo a cada tragédia que acontece. Neste contexto, citou a importância da presença da população, pois ela é um ente figurativo nesse processo, que estava ali presente e que por lei precisava ser ouvida, e mais que ser ouvida, precisava trazer as suas sugestões e estas serem consideradas. Destacou ainda que, quando falam que cabem duzentas ou trezentas casas, é porque o licenciamento ambiental vai acontecer, mas que houve um licenciamento ambiental no passado que autorizou setecentas e oitenta unidades e que por isso precisam pensar o que de impacto irá trazer. Salientou que achava difícil falarem como a Dra. Cristiana, se cabem cinquenta ou cem unidades, porque não houve estudo e não foi apresentado para a população. Entende que isso é um pressuposto, que está no estatuto da cidade, na gestão democrática da cidade, assim é necessário ter publicidade, acesso aos estudos, acesso aos impactos e acesso ao que vai levar de infraestrutura. Em continuidade, destacou que, se diz hoje que Petrópolis não tem terreno, mas é porque talvez, os instrumentos do estatuto da cidade não tenham sido até hoje legislados e que para começar é necessário um cadastro imobiliário atualizado. Disse ainda, que a partir do momento que se decide que uma área não é infraestruturada e ela irá servir para construção habitacional popular, terão que pensar em primeiro ponto de como estruturá-la, ou seja, se querem levar uma habitação para esse local têm que levar os equipamentos, o serviço, a drenagem, a pavimentação, têm que olhar as áreas de riscos, as áreas de preservação ambiental permanente, devem observar uma série de situações e o impacto que isso irá trazer para o cotidiano das pessoas. Explicou ainda que, quando se olha o estatuto da cidade, a primeira verificação é o adensamento populacional, os equipamentos urbanos comunitários, valorização ou desvalorização imobiliária, geração do tráfego, a demanda de transporte. Neste sentido, questionou, como é que irá ficar a paisagem urbana e como tudo isso será colocado dentro de um estudo de impacto de vizinhança, já que Petrópolis não tem regulamentado, ou seja, não existe planejamento e não se tem direito de preempção, porque terrenos que hoje estão nas mãos de particulares poderiam estar nas mãos do poder público para servir de construção de moradias populares. Esclareceu que, não é técnica e por isso não sabe se cabem cinquenta, cem ou duzentas unidades,



## CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

porém sabe dizer que não foi planejado e que certamente se colocarem duzentas unidades habitacionais irá trazer um impacto negativo. Disse ainda ter o problema jurídico, que hoje em dia o proprietário não é o Estado, o proprietário é o Município, para saber o que efetivamente cabe. Neste contexto, indagou quais são os estudos que vêm sendo feitos, se irão ficar disponíveis para as pessoas poderem discutir, analisar e fazer contrapropostas. Salientou ainda, que as questões que devem ser discutidas na presente audiência pública são de como irá levar a infraestrutura e de como preservar o meio ambiente, informando que o estado ficou de apresentar uma proposta factível para que pudesse ser analisada. A Dra. Zilda Januzzi concluiu dizendo que espera uma proposta dentro de uma razoabilidade, afirmando que setecentas unidades habitacionais seria uma proposta descartada pelo próprio Estado e que a discussão seria entre duzentas unidades e cinquenta e seis unidades. O Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes, agradeceu a Dra. Zilda por sua fala e complementou citando que também não é técnico, e que foi descartada as setecentas unidades habitacionais em consenso, mas destacou que algo precisa ser construído no local, pois têm invasões de pessoas morando de forma irregular na região e, portanto é necessário trabalhar em cima desse contexto apresentado pelo Sr. Adriano. Explicou ainda, que ele precisa sair da presente audiência com um direcionamento, e que antes de passar a fala aos vereadores irá passar, primeiramente, para o Sr. Allan e em seguida para o Sr. Adriano, que apresentará as propostas, sendo que uma delas foi feita conosco e com a comunidade, de cinquenta e seis unidades, e a outra feita pelo Estado em torno de duzentas unidades. Finalizou destacando, que o Sr. Allan explicará melhor para ser discutido em cima do que for possível. Em seguida, passou a fala ao Sr. Allan Borges, que iniciou saudando a todos e se apresentando como Secretário de Habitação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, vinculado à Secretaria de Infraestrutura e Obras. Salientou que, discutir e construir uma rede dialógica é importante e fundamental, mesmo estando em uma situação que precisa responder de maneira rápida, pragmática e objetiva para mitigar urgentemente as consequências da tragédia ocasionada pelas chuvas. Disse ainda, que como o projeto não é edificado de uma hora para outra, precisam ser tomadas algumas decisões que são técnicas e outras que são políticas. Nesse contexto, justificou a decisão política, no sentido de que a Câmara e a Prefeitura da cidade de Petrópolis necessitam saber que, só o Caititu, não resolverá o problema da questão habitacional da cidade, precisando disponibilizar mais terrenos para construir moradias e sugeriu a hipótese de desapropriação para fins de interesse social, contribuindo com todo o processo. Disse ainda, ser necessário, ter um horizonte de expectativa por parte do Governo Municipal, do Governo do Estado, como também, da Câmara Legislativa, a fim de discutir os níveis de gabarito autorizados ou não autorizados, em determinadas regiões da cidade, já que as cidades crescem e

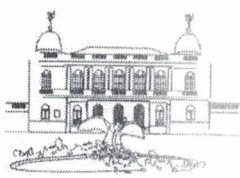


## CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

também os níveis de exigência precisam ter a capacidade e a flexibilidade de acompanhar, para que não fique sendo ditado a todo instante pela lógica do mercado. Complementou dizendo que os padrões de sociabilidade das famílias foram rompidos, não só pela tragédia, mas também pelo passivo que existe da outra chuva de 2011. Exemplificou citando a situação da Mosela, de Bem Fica e do Vale do Cuiabá, que até os dias de hoje, com o fim do programa “Minha Casa, Minha Vida”, não foi possível ser construído. Disse, ainda, ser importante essa fala introdutória, pois o Governo do Estado criou em 2021, no dia 16 de setembro, um programa de habitação de interesse social com recursos próprios para conseguir enfrentar o primeiro passo do déficit habitacional quantitativo e qualitativo, que pela primeira vez na história do Rio, não dependeu de modelo holográfico do Governo Federal. Completou dizendo, que o programa prevê a linha da produção habitacional combinada em co-criação com os municípios, a de fazer manutenção em prédios e a do programa, que pela primeira vez experimentado no Rio de Janeiro, visa cumprir a lei de assistência técnica combinada com melhoria habitacional. Sugeriu que, no Caititu, poderia ser feito tudo que a cidade permitisse combinada com as evidências científicas do INEA, da Secretaria de Meio Ambiente local e também do DRM. Afirmou, ainda, que cinquenta e seis unidades é completamente insuficiente para realidade local e que constatou uma necessidade de se instituir uma política pública mitigatória que resolva, pelo menos em média escala, a demanda que hoje ainda não se conhece, já que não se sabe, qual é o número real de desabrigados da cidade de Petrópolis. Informou que nenhum empreendimento, seja ele em área infraestruturada ou não, fica pronto em menos de 24 meses. Nesse sentido, defendeu o uso da alvenaria tradicional, pois é sabido que em todas as avaliações do “Minha Casa, Minha Vida” que ocorreram ao longo do país, se constatou problemas estruturais em algumas construções. Salientou que, quando o Sr. Max Lemos estava coordenando a força tarefa, foi inviabilizada a construção de setecentas unidades, não só pela ação civil pública impetrada há anos atrás, mas pela atual conscientização social e ambiental. Informou ainda, que o Estado tem um projeto, mas que faltam números que possibilite o cálculo do dimensionamento das unidades habitacionais, bem como, identificar qual é o perfil das pessoas que irão morar nessas unidades. Destacou que, foi determinado pelo Governador do Estado, fazer quantas unidades habitacionais forem possíveis, pois está disponível para a Região Serrana recursos do fundo de habitação de interesse social e recursos do tesouro estadual, para esta finalidade. Disse, ainda, que se for preciso construir mil unidades habitacionais em Petrópolis, que assim o farão. Ressaltou que, se a cidade de Petrópolis tem dificuldade em dispor de terrenos livres, ou para compra, ou para desapropriação, a de se ter coragem para realizar desapropriações, sendo esta uma ação indispensável para se resolver o problema. Neste contexto, exemplificou que o Estado do Rio de Janeiro, fez desapropriações a fim de

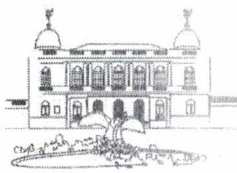




## CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

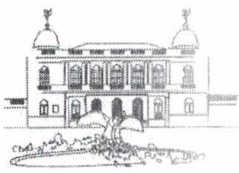
interesse social para construir empreendimentos, mas que o programa não prevê construir mais de duzentos e cinquenta unidades habitacionais por condomínio. Propôs ainda, que seja feita uma força tarefa com a temática habitacional, que envolva a Secretária do Meio Ambiente de Petrópolis, a Secretaria de Obras, a Câmara de Vereadores, os órgãos de controle interno e externo e os colaboradores que aceitarem participar, para assim encontrarem juntos uma solução que seja aderente a necessidade do terreno e da área que necessita de proteção ambiental, e que resguarde a vida dessas famílias que hoje vivem nos alojamentos, em condições precárias. Em oportuno, informou que o Conselho Tutelar começará a cobrar soluções do Município e do Estado, pois a situação implica diretamente resguardar vidas. Sugeriu portanto que Petrópolis considere as experiências vividas por outras cidades do próprio Estado do Rio de Janeiro, que também passaram por situações de tragédias, e acrescentou que o Estado está pronto para construir e dialogar, basta o município disponibilizar o terreno para que possa se construir com a orientação do Governador. Em continuidade, informou que se o município não tiver outro terreno, além do Caititu para construção das habitações, terá que abrir uma audiência para debater essa outra questão. Informou que, nos próximos sessenta dias, irão publicar a licitação de Benfica e da Mosela, e que esta é uma dívida histórica. Informou ainda que, não recebeu da Secretaria de Assistência Social do Município de Petrópolis, quais são as famílias que estão de fato desabrigadas e quais as que ficaram desalojadas porém conseguiram regressar para suas unidades habitacionais. Continuou dizendo que é importante, que neste momento, não pratiquemos a questão de expor o outro, pois o município não consegue realizar essa tarefa por não ter recursos, e o Estado que no passado não tinha uma boa experiência, agora tem, além de recursos para fazer o que for preciso. Em complemento, ressaltou que agora o tempo é escasso para licitar e para tabular, porque estamos em um ano eleitoral, e pode ser que no próximo ano tenhamos o mesmo Governador, ou não. Diante do exposto, necessita-se garantir o início das obras logo, sendo esta uma tomada de decisão que deverá ocorrer na esfera política, para depois ser alinhada com a técnica. Sendo assim, ressaltou que a vontade política é construir o maior número de unidades possíveis no Caititu, podendo ser duzentas como oitenta, isso será combinado, mas a decisão de iniciar tem que ser tomada rapidamente, no máximo em 20 dias. Ressaltou ainda, que devem elaborar o projeto juntos, já que, para licitar, não poderá ser público como era o da Caixa, e que também, para a implantação só o anteprojeto não basta, pois precisam de todas as instalações, todas as infraestruturas e também fundações, com tudo orçado e bem disciplinados, caso contrário só poderá ser licitado via concorrência, conforme determina a legislação vigente. O Sr. Allan Borges encerrou sua fala, destacando a importância de que seja tudo feito de forma organizada, com o orçamento adequado e com a devida pesquisa de preços, e que em nome do Sr. Secretário Rogério Brandi e do Ilmo. Sr. Governador



## CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

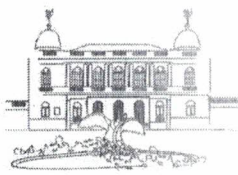
Claúdio Castro, coloca-se absolutamente à disposição, bem como o Governo do Estado por meio da Secretaria de Infraestrutura e Obras, que está com enfoque pragmático na cidade de Petrópolis, pois estão vivendo Petrópolis mais do que todas as outras cidades, visto que a urgência requer dedicação soberana. Agradeceu ainda, saudando a todos presentes novamente. Com a palavra o Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes, ressaltou que a presente audiência pública é específica em função de tudo que envolve aquela região, e que em relação aos terrenos, existem alguns na cidade, que inclusive o Sr. Maurício, encaminhou alguns pela secretaria, como também, a comissão desta Casa Legislativa, presidida pelo nosso Exmo. Sr. Vereador Yuri Moura, também fez levantamento dos terrenos. Complementou citando, que a Comissão do Senado, também fez o levantamento de diversos terrenos e que esta Casa pode ajudar nessa luta contra a burocracia, concordando que não é fácil, principalmente sendo um ano eleitoral. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Adriano Gomes, que agradeceu o convite e desejou boa noite a todos presentes. Disse que o projeto é um estudo do Nau, que foi desenvolvido muito basicamente, que na verdade é uma reação ao um outro estudo que foi apresentado, e que a partir disso, iria fazer um histórico breve. Neste contexto, explicou que foi no local analisar tudo e percebeu que qualquer tipo de solução que foi dita até então, necessita de ser apoiada em estudos técnicos mais aprofundados, por ser uma área ambientalmente muito delicada e por ter mais ou menos cem mil metros, com uma pequena parte passível de construção, tendo então como questão principal, o número de habitações. Disse que, tem conhecimento da existência de uma área que já foi ocupada previamente pelas construções das “freiras”, sendo esta uma área propícia a construção, mas que as demais não, porque são áreas ambientalmente frágeis com potencial muito grande de piorar a questão que vivemos nesse momento. Salientou ter nesse local, uma bacia de retenção que precisa ser preservada, sendo um ponto muito importante que necessita ser mantido, mesmo sendo claro que urge a necessidade de se construir habitações, pois estamos falando de vidas, mas também é preciso que seja feito com respeito. Salientou ainda, que fala-se muito que o Caititu não é solução para o problema habitacional de Petrópolis, mas este também não pode ser mais um problema. Ressaltou que impermeabilizar uma área que sempre alaga pode acarretar mais prejuízos, portanto, um estudo aprofundado possibilitará estabelecer as unidades possíveis para o local. Em complemento, destacou que esse estudo também deve considerar a construção de moradias que comporte de forma adequada cada família. Disse ainda que reconhece, que estão vivendo um diferente e momento único, em que podem discutir abertamente sobre o tema, mas que é preciso avançar e de fato produzir, resolvendo o problema habitacional sem criar outros problemas, como por exemplo, o Vincenzo Rivetti, que vem demonstrando que não se deve ficar somente na teoria. O Sr. Adriano Gomes concluiu dizendo que esta área tem um potencial de servir a



## CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

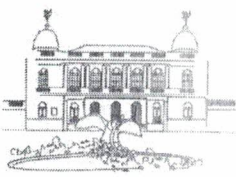
sociedade de uma forma mais ampla e que toda área alagada existente, talvez possa ser até maximizada no sentido de receber mais água, melhorando esse sistema para a comunidade. Aproveitou ainda para destacar que precisa-se resolver o problema do esgoto do Vincenzo Rivetti, e que o problema dessas novas moradias que vão ser construídas, devem estar dentro de uma realidade nova com soluções criativas. Com a fala, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes, que agradeceu ao Sr. Adriano, e destacou que estamos tratando de um quilômetro e duzentos metros de distância do Caititu até o Vincenzo Rivetti e que entende ser muito próximo realmente, além de ser uma local muito carente de área de lazer, sugerindo ainda, a instalação de uma área esportiva e cultural. Em andamento, passou a fala para o Exmo. Sr. Vereador Mauro Peralta, que iniciou cumprimentando a todos os presentes na audiência e destacou que a entrada do Caititu é estreita, impossibilitando o tráfego de dois ônibus juntos, que a viação que faz o trajeto na comunidade não funciona direito e que com mais pessoas circulando será pior ainda, que trata-se de uma área que não tem lazer, não tem posto de saúde e não tem escola suficiente para atender a demanda, e portanto, a problemática local não é só a da habitação. Enfatizou que a população não pode ser punida, também, por uma construção, já que um estudo feito por 3 universidades, opinou pela redução do número de unidades habitacionais, pois construir mais de 150 unidades, como mencionou o Sr. Secretário, não funcionará, e estaremos incorrendo no mesmo erro, citando como exemplo o que ocorreu no Vincenzo Rivetti. Considerou ainda, que cinquenta e seis unidades, para quem não tem nada, já é um bom começo, e que talvez, o arquiteto possa aumentar um pouquinho este número, sem exceder demais, cabendo ao Município e a Câmara de Vereadores ir atrás dos terrenos. O Exmo. Sr. Vereador Mauro Peralta concluiu sua fala agradecendo a todos e ponderando, que sempre irá ficar do lado do povo, tanto dos desabrigados como dos outros moradores, e que, mesmo que menos unidades forem construídas no local, a comunidade estará dando sua parcela de contribuição e as famílias necessitadas estarão sendo abrigadas dignamente. Em andamento, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes passou a palavra a Exma Sra. Vereadora Gilda Beatriz, que iniciou sua fala saudando a todos os presentes e dizendo que, primeiramente, gostaria de parabenizar esta audiência, pois é o seu terceiro mandato e pela primeira vez a população é escutada. Ressaltou que, deve-se dar moradia digna, sim, bem como, precisa-se colocar em discussão a questão da humanização, pois vendo o que foi feito no Vincenzo Rivetti com setecentas pessoas juntas, constatou-se que não deu certo e não está dando certo, já que estão tendo problemas seríssimos nesse local, e portanto, não podemos recair no mesmo erro. Neste contexto, relatou que em 2013, quando o Prefeito adquiriu esse terreno das “irmãs”, destinou a área em especial para atender interesses sociais, e já no projeto de construir no Caititu, o primeiro passo que deu foi pedir um estudo de impacto ambiental e impacto de vizinhança,



## CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

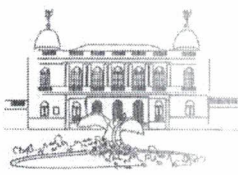
contudo, se em 2013 já tivesse sido feito esse estudo, teriam automaticamente uma visão clara do impacto que poderia ser causado. Enfatizou ainda que, inclusive, a Emenda desse projeto, de sua autoria, não foi aprovada na casa. Em comento, ratificou a importância de se discutir a questão da dignidade para com as pessoas, pensando sempre nos dois lados, ou seja, dos moradores locais e das famílias desabrigadas, pois ambas necessitam se sentir confiantes com isso tudo, caso contrário, pode-se acabar contribuindo com um lado e punindo o outro. Ainda com a palavra a Exma. Sra. Veradora Gilda Beatriz, ressaltou que, se é possível construir mil habitações, que então devem ser construídas mil habitações, mas cada uma com sua especificidade para poder comportar um número adequado de pessoas, tendo que observar a estrutura, o impacto de vizinhança, colégios, postos de saúde, ou seja, várias situações. Enfatizou ainda que temos pouco tempo e que devemos nos unir para fazer bem feito, dando dignidade para essas pessoas que já sofreram tanto. Concluiu sua fala dizendo que, quem frequenta o Bairro Caititu conhece as especificidades do terreno, que certamente chegarão a um consenso de um número razoável que não venha a prejudicar os moradores e a causar problemas, que devem procurar outros terrenos para construção de outras habitações e que elas sejam entregues de forma consciente. Em continuidade, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes passou a palavra ao Exmo. Sr. Vereador Octávio Sampaio que iniciou agradecendo e saudando a todos os presentes. Disse que ficou sabendo pelo Sr. Secretário, que é recorrente o problema da falta de informação quanto ao número de moradias que necessitam ser construídas, e neste contexto, pediu ajuda a todos os presentes para cobrar do Governo Municipal esta informação, e finalmente o trabalho ser encaminhado. Informou que recebeu as primeiras respostas da Comissão de Transparência, e que todas foram iguais, pois obteve como resposta aos pedidos sobre as avaliações de ruas que, “estão avaliando”. Ressaltou que, no caso do Caititu, disseram que há prédios próximos abandonados, que ali poderia ser analisado, e colocou-se à disposição para ajudar, enfatizando que apesar de não conhecer o local, faz questão de conhecer, entendendo que o Prefeito deveria fazer o mesmo, para que todos, de alguma forma, possam ajudar. O Exmo. Sr. O Vereador Octávio Sampaio finalizou agradecendo a todos os presentes. Com a palavra o Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes, complementou dizendo, que em relação aos prédios no Caititu, já pediu o contato da empresa, pois seria uma maneira mais rápida, mas infelizmente não conseguiu acesso. Em seguida, passou a palavra ao Exmo. Sr. Vereador Domingos Protetor, que iniciou saudando a todos os presentes e destacou a importância da presente discussão, para que se consiga definir uma quantidade ideal de unidades, para que o máximo de pessoas possam habitar, sem prejuízo aos moradores. Ressaltou que é necessário um estudo coerente, preciso, que considere a real necessidade de atendimento as famílias e que garanta uma infraestrutura segura para essas moradias. Salientou que, os



## CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

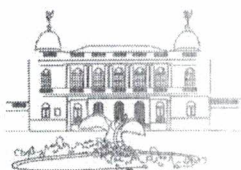
serviços básicos que deverão atender aos assentados, deverão ser planejados em paralelo, pois quando estes se estabelecerem no local, possam ter por exemplo creche e posto de saúde para todos, bem como um posto policial que garanta a segurança pública da comunidade. Enfatizou que, a questão ambiental precisa ser tratada com respeito, mesmo entendendo que, a de se priorizar o atendimento às pessoas que urgem por uma moradia. Contudo lamentou que, como foi dito na audiência, não sabemos ainda quantas pessoas estão desabrigadas, pois existem imóveis que estão interditados temporariamente e outros já definitivamente. O Exmo. Sr. Vereador Domingos Protetor concluiu enfatizando, que é de extrema necessidade fecharmos este número, que todos devem trabalhar junto com o Governo do Estado, para que o trabalho seja realizado o mais rápido possível, pois precisa-se dar início até agosto. O Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes passou a palavra para a Sra. Cássia, que iniciou sua fala saudando a todos os presentes e dizendo estar representando o grupo da União das Lideranças Comunitárias. Ressaltou que as lideranças sempre devem ser ouvidas e estarem presentes para caminharem juntos, principalmente quando o assunto é o povo. Em continuidade, considerou pedindo para que a Sra. Claudia estivesse presente à mesa, pois é uma pessoa que luta muitos anos pela causa, e colocou o grupo a disposição de todos. Informou que fizeram visitas e levaram doações para essas pessoas, e pediu para que se tenha cautela com a “pressa”, pois estamos tratando de vidas. Enfatizou que não se pode repetir o que ocorreu no Vicenzo Rivetti, que lá foi feito com pressa o que levou a situação ficar pior ainda, e que o importante é a qualidade e não a quantidade. A Sra. Cássia concluiu agradecendo a todos, e disse que devem se unir para tirar as pessoas dessa situação. Dando prosseguimento, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes passou a palavra para a Sra. Lilia, moradora do Caititu, que iniciou dizendo que iria fazer algumas ponderações. Explicou que a história começou em 2013, que se tivessem feito estudos naquela época, hoje a solução seria mais rápida. Disse ainda que, como o Exmo. Sr. Vereador Mauro Peralta citou sobre o Caititu, realmente as ruas são estreitas e que a passagem de um carro pelo outro se torna difícil, principalmente em determinados horários. Explicou que não é contra os desabrigados, pelo contrário, quer que eles tenham uma vida digna bem como as pessoas que já moram no local. Citou que lá, possui um córrego que corta toda a rua e que gostaria de saber o impacto disso para os moradores que residem na localidade. Também questionou, aos representantes do município, se além dos desabrigados, também estão preocupados se os moradores já residentes serão penalizados pelo o impacto que tudo isso irá causar, e de como uma pessoa que está acostumada em uma região irá se adaptar a outra, já que o Caititu é uma área rural. Disse ainda, que muitos falam sobre preservar e não desmatar, porém entende que desmatar essa área para construção seria um crime. A Sra. Lilia conclui agradecendo a todos e



## CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

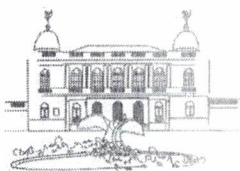
dizendo, que o ideal para essa área, seria a construção de uma escola agrícola, que se o município se preocupa tanto com o social, poderia fazer um projeto de educação nesse sítio junto com parcerias, e sugeriu a hipótese de se utilizar para moradia a Fábrica Dona Isabel que está abandonada a tempos. O Exmo Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes agradeceu a Sra. Lilian e informou que, com relação a Fábrica Dona Isabel, já está sendo mapeado esse terreno. Em continuidade, passou a palavra para a Sra. Cláudia que iniciou saudando a todos os presentes e agradecendo o convite. Disse que entende a aflição de todas as famílias e que hoje está representando três mil famílias desalojadas e desabrigadas. Informou que está morando no Conjunto Habitacional da Posse, que até hoje está esperando a licitação para finalização da obra, e que está passando dificuldades como líder comunitária. Disse ainda, que insistiu em falar, pois passou pela tragédia em 2011 e sente na pele, até hoje, o que essas famílias estão passando. Enfatizou que tem recebido muitas reclamações do Vincenzo Rivetti com preocupações de aluguel social. Ressaltou que, gostaria muito que o Sr. Allan informasse a data das licitações do Bem Fica e da Mosela, pois hoje tem quatrocentas e cinquenta famílias no aluguel social e esperando unidades habitacionais, sendo que essas construções não irão suprir a necessidade já existentes. Continuou explicando, que há uma fila de pessoas na espera para receber o aluguel social e para ter direito a uma unidade habitacional, porém é sabido, que todos os honorários são para as famílias do dia 15 e do dia 20, mas que não pode cair no esquecimento a tragédias de 2011, de 2008, de 1988, de 1981, de 1960, ou seja, as muitas tragédias que ocorreram em Petrópolis. Destacou que, tem muitos terrenos na Posse, que poderiam ser utilizados para construção de unidades habitacionais. Ressaltou que deve-se fechar o quantitativo de unidades habitacionais, pois a audiência pública é para isso, e propôs uma quantia de cento e doze unidades, já que duzentos é muito e cinquenta e seis é pouco. Enfatizou que realmente no Caititu, as ruas são estreitas, as casas são na beira das ruas, que não tem posto de saúde e a rede de esgoto não foi realizada adequadamente. A Sra. Cláudia concluiu agradecendo a todos e, em oportuno, propôs uma reunião com o Sr. Allan. O Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes, acrescentou que arredondou para cento e doze unidades, com base na proposta apresentada pelo Sr. Adriano, e que tentaria reajustar. Em complemento, a Sra. Náila se manifestou dizendo que não se pode “chutar” um número de habitações, pois necessita-se de estudos para tal finalidade, e que somente realizando visitas no bairro Caititu, irão entender do que ela está se referindo. Justificou que o Caititu é um bairro sem violência, que está há dez minutos de caminhada de dois assentamentos, e que hoje, o esgoto do Vincenzo Rivetti passa por lá. Ressaltou que não houve enchentes no local, mas que ocorreram enchentes em Corrêas, na Olaria, no BNH e em Nogueira. Em oportuno, indagou aos representantes presentes, o que irão deixar para o planeta, se será tragédia e morte, pois todos sabem que o Morro da Oficina estava condenado, após



## CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

estudos feitos por uma equipe japonesa que sumiu da Prefeitura. A Sra. Naíla concluiu deixando como reflexão, se querem deixar moradias dignas respeitando a natureza e o ser humano, salientando que, o que for deixado de legado terá um reconhecimento. Dando continuidade, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes, passou a palavra para a Sra. Carla Carvalho, que iniciou dizendo acreditar ser muito importante falar da questão de habitação, da questão da tragédia de 2022 e das famílias que foram afetadas, mas disse que, existe uma situação muito parecida com a tragédia de 1988, e exemplificou, relatando que a Prefeitura tinha terrenos em fase de desapropriação, e na época resolveu que aquele terreno no Alto da Independência iria servir para ocupar uma quantidade de famílias vítimas daquela tragédia. Na ocasião, houve, por parte da Prefeitura, falta de solidariedade para com as famílias de 88, bem como o preconceito. Neste sentido, relatou que os moradores estavam no local organizados em mutirões para construir as casas conforme o projeto, entretanto, receberam módulos de ferro para construção com capacidade para casas de um cômodo praticamente, e salientou que, se hoje em dia está um pouco melhor, foi porque os próprios moradores melhoraram. Ressaltou que, apesar de terem muitas famílias aguardando para receber e da urgência em resolver esta situação, não se deve fechar números sem que haja estudos na região que dimensione os possíveis impactos que poderão ser ocasionados. Em complemento, citou a fala da Dra. Zilda, concordando com a realização de um planejamento feito com atenção, para não ocorrer os mesmos problemas do Vincenzo Rivetti. Aproveitou para parabenizar esta Casa, por já ter uma lista de terrenos a ser analisada e ressaltou a questão dos estudos técnicos feitos pelo Comitê Piabanha, que será essencial para um planejamento do quantitativo. Ponderou ainda, que o Caititu pode ser a solução de um problema, mas não deve se tornar, mais um problema como está sendo o Vincenzo Rivetti. Disse ainda, que deve ser pensado com cuidado, como essas famílias irão chegar e se adaptar nessa nova localidade, e questionou se essas pessoas irão saber lidar com a questão moral, em relação aos moradores da região, e se está sendo feito um estudo social com essas famílias. A Sra. Carla Carvalho concluiu agradecendo a oportunidade e ratificando que as suas considerações visam garantir um quantitativo baseado em estudos, sem causar mais danos e respeitando a urgência dessas famílias da tragédia de 2022. O Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes, agradeceu explicando que esta Casa foi elogiada em relação aos terrenos, entretanto o Senado, teve um papel muito importante contribuindo com várias referências. Em seguida, passou a palavra para a Sra. Rafaela Roqueti, que iniciou saudando a todos os presentes e informando que o Comitê Piabanha, no momento, só pode atuar na parte hídrica, que foi requisitado para fazer estudos das nascentes, e que já encaminhou um pedido de licença ao Gabinete do Prefeito para que possa entrar no terreno. Acrescentou ainda, que recebeu essa solicitação do Ministério Público. Em

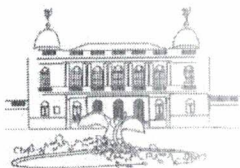


## CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

oportuno, pediu ajuda do Sr. Maurício, para com a equipe, que virá fazer o levantamento das nascentes e do riacho que passa pelo terreno, visando as áreas que necessitam ser preservadas. Pediu, ainda, a ajuda da Sra. Naíla, que conhece bem o terreno. Explicou que, necessitam ter áreas de amortecimento das cheias e que irão começar o trabalho nesse sentido. Salientou que a cidade tem mais de trezentos mil habitantes, e que acredita, ter no máximo cem mil habitantes necessitados, destacando que este número, ultrapassa a capacidade limite de habitabilidade nesta região. Disse ainda, que todos precisam ter consciência disso concordando com todas falas e ressaltou que o trabalho técnico social precisa ser desenvolvido daqui para frente, precisando começar de imediato, mapeando de onde são essas pessoas, onde elas querem ficar ou para onde elas desejam ir. Ressaltou que a obra no Caititu dependerá das pessoas quererem morar nesse local, sentirem que pertencem ao local e que o local pertence a elas, para que elas desenvolvam afeto pela propriedade e não a destruam, visto que é uma área de preservação permanente. A Sra. Rafaela Roqueti finalizou, colocando o Comitê Piabanha à disposição durante o trabalho técnico-social, fazendo parte da educação ambiental, para ajudar na preservação e agradeceu a todos presentes. Com a palavra o Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes, que agradeceu e elogiou a Sra. Rafaela, e perguntou ao Sr. Adriano, se gostaria de fazer alguma consideração em cima da fala da Sra. Rafaela. Em resposta, o Sr. Adriano disse, que gostaria de pontuar uma questão importante que está sendo discutida, que é o número de unidades, mas disse que a de se pensar na área como um todo, pois está se falando de cinquenta, cem ou trezentas unidades a serem construídas pelo Estado, mas é fato, que este número poderá aumentar para setecentas, oitocentas ou mil e quinhentas unidades construídas de maneira irregular pelos moradores. O Sr. Adriano concluiu enfatizando que, não adianta gastar tempo só pensando no número de unidades que serão produzidas pelo Estado, se não encontrar uma solução para todos naquela área, justificando a necessidade de considerar a área como um todo. Com a palavra o Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes que complementou dizendo que o ideal é chegar em uma solução menos crítica para todos. Em seguida, passou a palavra para o Sr. Octavio de Souza, representante o Partido Verde, que iniciou saudando a todos os presentes e justificando a ausência do fundador do partido, que por motivos de saúde, teve que se retirar, e destacou que, segundo o referido fundador, quando criança, foi visitar o Caititu com os pais e havia lá um horto municipal. Ressaltou que esse terreno, segundo as informações que ele obteve, foi invadido e a Prefeitura não estaria fiscalizando. O Sr. Octavio de Souza, finalizou agradecendo a todos e sugerindo que fosse incluído no projeto um horto municipal, pois seria de grande importância para o reflorestamento da região. Em resposta, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes, agradeceu ao Sr. Octávio por levantar essa questão. Ainda neste contexto, a Sr. Naíla, citou que o terreno é

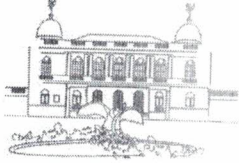




## CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

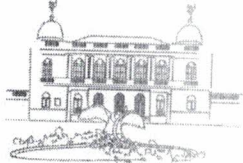
limítrofe e que assim geraria empregos para essas famílias. Dando prosseguimento, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes, passou a fala ao Sr. Márcio Almeida que iniciou saudando a todos e parabenizando esta Casa por dar voz ao povo. Destacou que o povo não conhece a história que ocorreu no passado e estão fadados a cometer os mesmos erros no presente, e que no caso do Caititu, não precisa-se voltar muito tempo atrás, para ver os erros que já foram cometidos e aqueles que a pouco tempo quase o foram. Justificou que está falando especificamente da primeira chuva que ocorreu na cidade, em uma terça-feira, e que na quarta-feira seguinte, a Prefeitura direcionou ou tendeu a direcionar mais de cem caminhões de entulho para serem despejados no terreno que estão tratando na audiência. Disse que isso só não ocorreu, pois a população se mobilizou e com a intervenção do Ministério Público, na pessoa da Dra. Zilda, conseguiram impedir. Ressaltou que infelizmente não concorda com o discurso do Sr. Secretário, e que apesar de se solidarizar, a de se considerar que, estamos falando de uma área que é de proteção ambiental e que por uma atitude irresponsável poderá ocasionar um crime ambiental no local. Disse ainda, que outro ponto levantado é que a Águas do Imperador estaria comprometida com o saneamento básico da região, porém a algum tempo atrás, teve uma vistoria do esgoto do Vicenzo Rivetti, em que uma bomba foi instalada para poder levar o esgoto até central de tratamento, porém sem saber o motivo, esta não funcionava, tendo ainda como agravante, a existência de uma elevatória com uma "ladra" que joga para dentro do córrego. Neste contexto, informou que essa elevatória estaria enchendo e quando o esgoto passava de determinado limite, caía no córrego formando um valão. Saliento que, na ocasião, buscou suporte da Águas do Imperador e não teve resultado, pois esta apresentou uma solução paliativa. Destacou que, após denúncia ao Ministério Público, a Dra. Zilda, conseguiu com muito diálogo, que a Águas do Imperador atuasse no local esvaziando a elevatória com um caminhão. Citou que o terreno existente necessita de demanda estudos técnicos e ambientais, e destacou, que um estudo feito pelo Inea, evidenciou claramente que, a princípio, não se recomenda nenhum tipo de construção no local. O Sr. Márcio Almeida finalizou agradecendo a todos os presentes e deixando como reflexão, que, sendo permitida a construção, o local tem que se tornar produtivo, pois é isto que o povo do Caititu almeja. Em continuidade, o Exmo. Sr. Presidente, Vereador Hingo Hammes, agradeceu e passou a fala para Exmo. Sr. Vereador Fred Procópio, que acompanhava a audiência de forma "online". O Exmo. Sr. Vereador Fred Procópio iniciou saudando a todos e disse que a questão do Caititu é muito importante, que vivenciou o que ocorreu no Vicenzo Rivetti, e o que acontece hoje em função do adensamento e promessas de infraestrutura que não chegam, sendo até desumano. Destacou, ainda, que é difícil passar uma semana, sem que ele não tenha uma reclamação, com fotos, vídeos, abaixo assinado de pessoas dizendo que o esgoto não está de acordo, ou que os



# CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

ônibus não estão atendendo, ou que o posto de saúde não consegue dar conta dos atendimentos, enfim, disse que esteve na reunião da comunidade do Caititu e que está muito claro que essa promessa de infraestrutura futura nunca chega. Informou que o Caititu tem uma via de ligação com o bairro do Carangola com dois acessos, que serviria como área de escoamento para essa população que será instalada e ressaltou que a entrada do bairro é cotidianamente alagada em função das cheias que ocorre do Rio Piabanha, interditando a via principal, o que dificultaria o acesso de um número maior de pessoas transitando no local. Salientou que confia na proposta do Nau, mas que havia pedido para o Sr. Adriano, ainda no governo interino que firmasse uma parceria de reurbanização do Caititu/Carangola. Disse ainda, que havia pensado em um parque, para aquela área do Caititu, mas que ficou de estruturar essa ideia em um projeto e então poder apresentar para o Governo do Estado. Enfatizou que precisam ter uma definição com um número razoável de acordo com o que a comunidade entende como possível, e de como o Nau e o Comitê Piabanha irão apresentar como técnico. Concluiu dizendo que devem pensar em habitações menores na cidade, com mais dignidade, com mais ordenamento e com mais amor de forma geral. O Sr. Vereador Fred Procópio finalizou, agradecendo e parabenizando a presente audiência pública e lamentou não estar presente na Casa. O Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes agradeceu e passou a palavra para o Sr. Secretário que fez suas considerações finais dizendo que, estava muito satisfeito em participar da presente audiência pública, pois é uma oportunidade de ouvir todas questões. Disse que devem pensar que estão discutindo uma busca de solução para ajudar melhorar a vida do país e da nossa cidade, apesar de entender que, o que está sendo discutido, não é a solução definitiva para Petrópolis e nem de moradia e destacou, que os terrenos precisam ter RGI da Prefeitura e que não tem outros terrenos com RGI. Salientou que estava presente para apresentar um projeto respeitando todas premissas ambientais com transparência. Justificou que a escolha do local para colocar os milhões de cúbicos de terra que foram retirados, foi de comum acordo, apesar de todos do Meio Ambiente entenderem não ser a solução mais adequada, porém, foi uma questão muito bem resolvida entre os envolvidos. Disse ainda que estão procurando pegar pessoas que foram vitimizadas para dar solução perto da realidade, e próximo a todos que tem uma história no Caititu. O Sr. Secretário concluiu agradecendo a todos os presentes e dizendo que sabia, que iria encontrar soluções diferentes do que estava propondo, e que construir em terrenos pequenos para vinte ou trinta pessoas, implicaria na realidade de estarem vinculados a uma especulação imobiliária. Enfatizou ainda a importância de se trabalhar com respeito às leis, ao bom senso, respeitando as normas e buscando a humanização. Em complemento, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes, enfatizou que foi apresentado um esboço com uma série de estudos e o estado



# CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Domingos Protetor

apresentou outras propostas. Em seguida, passou a palavra para Dra. Zilda que iniciou dizendo que, quando se fala de falta de planejamento está se referindo a instrumentos que não tiveram planejamento, pois quando pegaram o plano de interesse social viram que não tinha mapeamento da área urbana, sendo que tudo isso poderia agregar um planejamento de uma lógica diferenciada para construir uma unidade habitacional, porém, sendo este fato ocorrido no passado, entende que o importante agora é ater-se ao presente para evitar problemas no futuro. Salientou ser complicado fazer uma política pública com base no bom senso, pois tem que haver planejamento e fiscalização, porém deixar o terreno vazio, não irá atender a necessidade da sociedade e, portanto, é preciso encontrar um meio termo, não criando um problema maior. Ressaltou que pensando em urbanismo, essas unidades habitacionais precisam ser levadas para uma área que já foi infraestruturada, sendo assim, demandaria menor investimento, criando uma outra lógica. A Dra. Zilda finalizou dizendo que, se realmente forem construídas essas habitações chegando em um consenso comum, irá precisar viabilizá-las pensando na infraestrutura concomitantemente, não podendo ser postergada, pois, se não for, não resolve. O Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes agradeceu a Dra. Zilda e passou a palavra à Sra. Náila, que fez uma observação na fala do Sr. Secretário dizendo que a pressa é inimiga da perfeição. Voltando a palavra ao Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes, disse ter chegado ao final da audiência e que foram feitos pronunciamentos inteligentes, propositivos e que seu objetivo, era chegar ao um denominador comum para ajudar a todos. Disse que o primeiro encaminhamento que irá fazer é sobre a questão do estudo de uma forma rápida promovendo um grupo de trabalho com o município, estabelecendo um prazo de 30 dias, acreditando ser o tempo suficiente para realizar a tarefa. Disse ainda, que o segundo encaminhamento será o número de moradias que foi discutido, e que ficou consolidado que zero, não é o melhor caminho e que setecentos muito menos, para tanto sugeriu 3 possibilidades, mas que poderia ser mudado a partir do estudo técnico, e por fim, o terceiro encaminhamento, que é o da infraestrutura ser concomitante. Concluiu dizendo que considera esses encaminhamentos viáveis, pois estão dentro do possível. O Exmo. Sr. Presidente Vereador Hingo Hammes, agradeceu a presença de todos, às 20 horas e cinquenta minutos e encerrou a presente audiência pública. E eu, Dáfine Aparecida Oliveira da Silva, Assistente de Apoio às Comissões, escrevo essa Ata para constar e assino.

Hingo Hammes  
Presidente

Domingos Protetor  
Vereador

Dáfine  
A. Oliveira  
da Silva.